

O RIGOR NA INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA DA MATEMÁTICA (II)

NOTAS AO TEXTO DE JORGE BUESCU
“EM DEFESA DO RIGOR NA INVESTIGAÇÃO
EM HISTÓRIA DA MATEMÁTICA”¹

Luís Saraiva

Coordenador Geral do Seminário Nacional de História da Matemática
CMAF, Universidade de Lisboa

Resumo: Neste texto apresento a génese do meu artigo “O rigor na investigação em História da Matemática”², seguido de uma análise, em linhas gerais, do artigo de Jorge Buescu publicado neste número do Boletim, centrando-me nas questões de rigor que refere e que são respeitantes ao artigo acima mencionado da minha autoria.

Nota prévia: É singular o título que Jorge Buescu escolheu para o seu texto, “*Em defesa do rigor na investigação em História da Matemática – a propósito das “Reflexões” de Luís Saraiva sobre o livro “Matemática em Portugal – uma questão de Educação”*”³. É de uma enorme ironia que o autor, responsável por um livro onde há um pouco de tudo menos rigor, venha agora intitular-se seu defensor. De facto, se a prática do rigor na investigação em História da Matemática (área onde não se conhece que o autor tenha produzido qualquer trabalho avaliado por especialistas) precisa de ser colocada em evidência, é precisamente para criar as condições para não aparecerem textos tão impressionistas e tão pouco documentados como o seu. Para haver rigor em qualquer prática de pesquisa, é condição básica saber-se ler todo o tipo de fontes, primárias e outras, incluindo também os textos críticos produzidos sobre as matérias de que nos ocupamos, e, em particular, os que não se adequam às nossas ideias. E Jorge Buescu evidencia neste seu texto, de suposta defesa do rigor, uma muito grande falta dessa qualidade, alterando muito do que eu afirmo para depois melhor o poder contestar. Podemos dizer que entre os aspectos positivos da escrita

¹Neste texto não se utiliza o novo acordo ortográfico.

²Desde que nada mencione, o que está entre aspas é citação deste meu texto, “O Rigor em História da Matemática”, publicado no Boletim da SPM, número 67, Outubro de 2012, pp. 185–200.

³*Fundação Francisco Manuel dos Santos*, Ensaios da Fundação, 2012.

do seu texto está a clara confirmação de que a sua prática textual não é a necessária a quem queira ser rigoroso na investigação e no debate de temas de história. Vemos neste seu texto novas evidências das limitações da sua análise, da insensibilidade à especificidade do texto escrito, e observamos que no seu discurso não se reconhecem erros, não se responde a questões postas, e tenta-se argumentar contra aquilo que o interlocutor não disse.

Concluindo: o artigo incluído no número 67 do Boletim está suficientemente claro e argumentado para aí se encontrarem as respostas a este texto de Jorge Buescu, pelo que considero desnecessário fazer qualquer aditamento. Contudo, face à forma sistemática como o autor modifica e deturpa o que afirmo nesse artigo, considero ser necessário divulgar este meu texto.

1 Sobre a génese do meu artigo “O Rigor na Investigação em História da Matemática”

A primeira frase do meu artigo é: “Jorge Buescu é um matemático e um divulgador da Matemática com obra feita, um colega da Faculdade de Ciências de Lisboa que conheço há anos e que considero ser um dos elementos de valor da Universidade de Lisboa” (p. 185).

As minhas palavras revelam conhecimento e estima por este colega. Por isso maior foi o problema quando foi publicado o seu livro “Matemática em Portugal: uma questão de Educação”. Com excepção de dois capítulos, todo o livro se baseia em tentativas de análise histórica, que me parecem muito deficientes. Se o livro tivesse tido uma edição com uma promoção normal, ter-me-ia limitado a escrever uma crítica para entregar pessoalmente ao seu autor; ninguém gosta de criticar publicamente o trabalho de um colega que considera. De facto, escrevi a crítica e entreguei-a pessoalmente, mas tive de ir mais longe.

É que neste caso o livro teve o apoio de uma intensa campanha publicitária, apareceu um pouco por todo o lado, das caixas do multibanco aos supermercados. Isso, aliado a um preço de custo mínimo (para além de iniciativas variadas de promoção, como a de ser vendido a preço ainda mais baixo em conjunto com o *Diário Económico* – uma combinação invulgar –, e possivelmente com outros jornais) fazia com que ele tivesse uma divulgação enorme. O problema colocava-se com alguma acuidade, pois como coordenador do Seminário Nacional de História da Matemática tenho a obrigação de tomar uma posição perante um livro que considero conter muitas deficiências e que, ademais, se fez apresentar com uma gigantesca campanha publicitária a apoiá-lo.

Decidi, pois, escrever uma crítica e torná-la pública, consciente de que iria gastar um tempo muito razoável com a sua escrita, não só por esta ter de estar completamente fundamentada, mas também porque teria de a escrever de uma forma que não melindrasse o autor⁴. Por isso o artigo se atrasou várias semanas, foram feitas diversas modificações formais, até que cheguei a um ponto que me pareceu bem, quer em conteúdo, quer em forma. Então, submeti-o para publicação no Boletim, tendo o artigo seguido o sistema usual de arbitragem.

2 O artigo de Jorge Buescu

É notável, por várias razões o título que Jorge Buescu escolheu para o seu texto, “Em defesa do rigor na investigação em História da Matemática – a propósito das “Reflexões” de Luís Saraiva sobre o livro “Matemática em Portugal – uma questão de Educação””. Já falei da contradição entre o que Jorge Buescu afirma e a evidência da sua prática. Mas, por outro lado, esta escolha é também reveladora do tipo de prática textual do seu autor. Ele omite o título e o assunto central do texto que está a motivar a sua resposta, “O rigor na investigação em História da Matemática”, para o utilizar para si, arvorando-se em defensor desse “rigor”, e designar o meu artigo apenas pelo seu subtítulo. Tal é, de algum modo, paradigmático da forma de argumentar de Jorge Buescu neste seu texto: modificar, para melhor contestar. Quando escrevi o meu artigo, quis que o seu livro fosse um pretexto para reflectir sobre o rigor que se deve ter em História da Matemática, para mim e para todos os que fazem investigação nessa área um tema de essencial importância, e quis, ainda, evidenciar que, não havendo esse rigor, esse cuidado prévio de informação e debate, de consideração das múltiplas vertentes das situações, essa sensibilidade ao texto escrito, pode fazer-nos resvalar para os maiores erros, dos quais o livro de Jorge Buescu é um exemplo claro. Daí a necessidade de alertar para a falta de qualidade de um livro que uma enorme campanha de publicidade tentou fazer crer ser outra coisa.

Os tons diferentes dos dois textos são perceptíveis logo no seu resumo: eu não faço quaisquer considerações sobre a qualidade do livro de Jorge Buescu – isso será tema para se analisar no texto do artigo –, enquanto este, logo no resumo, escreve que o meu artigo está cheio de defeitos que aí nomeia,

⁴Pelo tom da resposta incluída neste número do *Boletim* sei que isto infelizmente não foi conseguido.

implicitamente qualificando-os como verdades *a priori*, antes de apresentar qualquer fundamentação.

Deste modo, no texto de Jorge Buescu, depois de lida a primeira meia dúzia de linhas, ou seja, o seu título e o respectivo resumo, temos já definido o que espera o leitor: aquele que se arvora em defensor do rigor vai mostrar (facilmente, pois o texto alvo “está *semeado* [itálico meu] de incongruências, contradições internas e até de extrapolações com desconhecimento de causa”) a sua razão. Não comento, deixando ao leitor esta apreciação.

A minha constatação, ao ler o seu texto, é de que nada da análise que fiz foi aceite por Jorge Buescu⁵. Ele não só quer aparecer, perante o leitor, como um defensor do rigor na investigação em História da Matemática, como está convencido que o seu livro é “*a primeira obra publicada em que esta tese [a que aí defende, e que há muito é consensual na comunidade matemática portuguesa] é fundamentada e sustentada por um matemático profissional, desconstruindo pelo caminho quer triunfalismos imaginários quer fatalismos sem fundamento*”. A minha opinião é completamente outra, diametralmente oposta: como afirmo nesse artigo, o autor “dá todos os indícios de ser muito exterior a esta área, não ter feito pesquisa e desconhecer muito do que se escreveu sobre a história da matemática portuguesa. Parece ser uma missão impossível fazer um balanço credível dos oito séculos da nossa história matemática, estando tão fora dos assuntos em questão” (p. 187). Pensei que o que tinha escrito no meu artigo poderia contribuir para que o autor se desse conta da fragilidade e dos erros de alguns dos seus argumentos e afirmações, mas claramente isso não aconteceu. Li com cuidado este seu novo texto, mas acho que, tirando alguns aspectos pontuais, como a menção ao artigo de Fernando Taveira da Fonseca⁶, que não tinha utilizado no seu livro, ele nada traz de adicional relativamente ao que aquele contém. Nada do que

⁵Mesmo os pontos em que eu demonstro inequivocamente que Jorge Buescu errou, ou em que chamo a sua atenção para grandes lacunas, não são mencionados. O único aspecto que vejo Jorge Buescu aceitar do meu texto não tem nada a ver com conteúdo, vem da expressão que utilizo na página 193, “ter em conta todas as perspectivas e o máximo número de dados, sabendo que a realidade nada tem de linear, e que não há visões simplistas da história que sejam exactas e enriquecedoras”. Jorge Buescu utiliza o essencial desta frase pelo menos em duas passagens: “um período complexo não se compadece com leituras simplistas e lineares dos acontecimentos” e “A História não se compadece, contudo, com visões simplistas de acontecimentos que têm frequentemente uma multiplicidade de razões”.

⁶“The Social and Cultural Roles of the University of Coimbra (1537–1820). Some Considerations”, artigo publicado no *e-journal of Portuguese History*, Vol. 5, 1, 2007; publicação conjunta da Universidade do Porto e da Brown University, disponível na internet no site da Brown University: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue9/html/ffonseca_main.html

Jorge Buescu escreve neste seu artigo me faz modificar a opinião que acima expressei, sobre o seu livro. Todas as questões que coloquei e que implicavam investigação suplementar não foram respondidas. Acho que, infelizmente, foi um passo em falso de uma pessoa com valor comprovado noutras matérias, mas que se aventurou num área que lhe é estranha e cuja especificidade não domina.

Não fui o único a ter escrito um artigo com uma ideia bastante negativa do livro de Jorge Buescu. Paulo Almeida publicou “Crítica com sinceridade a um sincero amigo” no periódico *O Referencial*, de Julho-Setembro de 2012, pp. 38–40, em que formula críticas acutilantes a esta obra, com muitos pontos de contacto com a minha análise. Desse texto, que considero um excelente artigo de opinião escrito por um pesquisador que há muito estuda, de forma contínua, a problemática da História da Matemática portuguesa, cito duas passagens significativas (embora todo o artigo mereça ser lido e divulgado), ambas da página 38:

“[Jorge Buescu] *inventou um interlocutor colectivo imaginário a quem atribuiu uma série de ideias simplistas configurando o que chama uma “narrativa convencional” sobre a história e o desenvolvimento da matemática em Portugal, de modo que a desmontagem dos dislates do suposto interlocutor se torna obviamente um figo*”

“*A estratégia do Autor é de uso comum na demagogia de certos discursos políticos ou nas discussões futebolísticas – que o Autor sabidamente bem conhece – mas é inaceitável como elemento estruturante de um ensaio que vise uma parcela de verdade. A verdade histórica, quando descontextualizada é fatalmente substituída por “falsas verdades” de fácil aceitação, sobretudo se apresentadas em tom firme e dispensando o contraditório*”

É pena não haver entre nós uma generalizada tradição crítica dos livros de temas científicos, pois quando ela aparece com uma opinião negativa, muitas vezes é mal recebida, entendida como crítica pessoal ao autor e não apenas como um exercício de reflexão sobre o que o autor produziu, tentando ver o que há de positivo e de negativo na sua obra. Foi o que eu tentei fazer. Apesar de me parecer que a maior parte do livro tem grandes deficiências, salientei igualmente o que me parecia haver a louvar e a considerar nesta obra. Basta ler-se o que eu escrevi. Infelizmente Jorge Buescu opta por um tom que se me afigura totalmente desadequado ao conteúdo do meu texto. Repete frequentes vezes que eu o acuso, ou faço “acusações explícitas”, “acusações muito sérias”, “acusa-me [...] de ignorância”. Não me parece que estar a debater um tema, por muito que se discorde do interlocu-

tor, implique uma “acusação”, com o peso que tem essa palavra. Não acuso ninguém de nada; constato, na minha perspectiva, as fraquezas e qualidades da obra, e tentei expô-las da maneira mais neutra e justificada possível. E nunca utilizei a palavra “ignorância”. Mesmo assim, o rol de qualificações que Jorge Buescu me atribui é grande: diz que a minha argumentação é “desconcertantemente tendenciosa e paternalista”, refere a “displiscência [*sic*] com que faz estas afirmações”, etc., e até, de forma surreal, me atribui uma “profissão de fé”.

Parece-me muito importante acentuar que o elemento fulcral da minha análise foi o livro “Matemática em Portugal”; limitei-me, apenas, ao que podia inferir do que está escrito nesse texto, não procurei falar com o autor sobre o livro, o que me parece tão natural como o autor não me ter procurado antes de o publicar.

No seu livro, Jorge Buescu refere, por exemplo, uma tese de Vicente Gonçalves como sendo de João Queiró. Agora diz que é ligeireza minha dizer que ele não conhece aquela tese, por estar incluída num livro publicado pela SPM. A justificação não tem qualquer sentido; é como eu dizer que conhecia um texto por estar incluído num livro existente na Biblioteca da minha Faculdade. O facto objectivo é que, no texto de Jorge Buescu, esta opinião é atribuída a Queiró. Parece-me óbvio ser absurdo, conhecendo o texto de Vicente Gonçalves, que é um dos marcos da nossa historiografia matemática, dar a opinião como sendo de João Queiró.

No meu texto, tentei evitar o uso de adjetivos que pudessem qualificar o trabalho de Jorge Buescu. No texto deste, eles são frequentes, como atrás mencionei. Chega mesmo a afirmar, numa parte bem infeliz, relativamente a uma análise que faço de um pequeno segmento de um texto de António Monteiro, que “*Saraiva não tem pruridos em o trincar, manipular e revestir de retórica adequada até que o mesmo se ajuste àquelas [convicções ideológicas]*”. Todo este trecho me parece absurdo, porque não há qualquer truncagem nem manipulação; eu limito-me a dar a minha interpretação, tal como Jorge Buescu dá a dele, ficando ao leitor a liberdade de decidir. Mais extraordinário é que foi o próprio Buescu que neste mesmo extracto eliminou uma parte significativa do texto, onde Monteiro “dá conta das grandes transformações operadas e no êxito que estão a ter” (p. 196). Esta parte não citada do texto de Monteiro conclui com um significativo “[. . .] tudo isto é muito animador e nos permite ter esperanças num triunfo mais ou menos próximo” (Gazeta de Matemática nº 10, Abril de 1942, p. 26). Toda esta secção, que foi omitida, contraria frontalmente uma tese de Jorge Buescu. Quando referi esse corte no meu texto, apenas constatei que ele omitiu esses

parágrafos e não faço interpretação de intenções. Que diferença de atitude entre os dois! O leitor que tire as suas conclusões. Mais à frente, retornarei a este tema.

Não me vou debruçar nem contestar em pormenor o artigo de Jorge Buescu. São demasiadas as alterações e deformações que ele faz ao que eu digo e, por isso, acho que não vale a pena investir numa resposta ponto por ponto. Peço ao leitor que leia o meu artigo com atenção, pois o que Jorge Buescu diz dele muitas vezes não é o que lá está. E que tenha em conta que é recorrente no texto de Jorge Buescu, e no que diz respeito à sua contestação das opiniões que expresso, modificar para melhor contra-argumentar. Não digo que o faça deliberadamente, mas, objectivamente, é o que se passa neste seu escrito.

Começarei por contestar um conjunto de afirmações que estão no início do texto de Jorge Buescu (que, não esqueçamos, se afirma como defensor do rigor), e depois, muito brevemente, referirei os três pontos que no meu texto escolhi para desenvolver com mais profundidade, e aos quais Jorge Buescu responde igualmente com mais detalhe.

O primeiro capítulo do artigo de Jorge Buescu é intitulado “Que livro é este?”. Começa logo por uma afirmação incorrecta. A primeira frase é: “A pergunta é formulada por Saraiva na página 186 de [1]” Ora isto não está correcto. Quem se der ao trabalho de ler o que eu escrevi verá: “há uma questão base sobre este livro que não é nele explicitada: que tipo de livro é? Faz falta um prefácio, onde o autor defina o âmbito, os objectivos e as características do seu livro, porque isso, muito provavelmente, eliminaria certas ambiguidades que a obra tem” (p. 186). Não formulo qualquer pergunta que seja minha, o que eu faço é, apenas, a constatação de que o texto não tem uma introdução que ajude a entender os parâmetros da sua escrita. E nada tem a ver com um pretenso “desconhecimento do género ensaístico”, como afirma, peremptoriamente, o autor. Há ensaios e ensaios, mas não nos podemos desculpar com tal argumento para apresentar um texto fraco e com falta de fundamentação. O que eu digo é que “mesmo estando incluído numa série de publicação de ensaios, o facto deste texto sair em livro faz esperar um modo de escrever diferente daquele que se usa num artigo de opinião ou num artigo de revista” (p. 186). Refere ainda que eu noto a ausência de uma bibliografia. Não é correcto, refiro apenas que é dada uma “reduzidíssima (e muito desigual) bibliografia final” (p. 186), nunca se falando em ausência. Interpretei o facto de o autor denominar a Bibliografia de “Para saber mais” como indicador de que ele acharia que

para ser bibliografia teria de ser mais completa, e portanto aqui o conjunto das poucas indicações dadas não mereceria o nome de Bibliografia. Informa Jorge Buescu que é o nome que se dá à Bibliografia em todos os volumes nesta série de ensaios. Agradeço a correcção, mas não altera nada do que eu disse. Creio ser óbvio que criticar uma bibliografia reduzidíssima e muito desigual não implica querer que, em seu lugar, esteja uma “bibliografia académica”, como me atribuí erradamente Jorge Buescu⁷. Nem se sugere, em lado nenhum, que o seu texto foi escrito apenas com base nessas referências, como afirma, indignado. Antes pelo contrário, se Jorge Buescu lesse com mais atenção o que eu escrevi teria reparado que afirmo claramente o contrário, digo que ele utiliza bibliografia não mencionada. Por este facto escrevo que “se o texto for lido por um leitor que não esteja informado sobre o tema, ele nada poderá fazer aí para procurar a adequação e correcção do que o autor afirma” (p. 187). Dá que pensar este lapso, de tão enorme e tão claro. Saber ler o que os outros escrevem é uma qualidade importante, que aqui parece omissa. Toda a críspação que se sente latente no texto de Jorge Buescu parece impedi-lo de ler correctamente o que está escrito no meu artigo.

Comento muito brevemente os três pontos analisados por Jorge Buescu:

Sobre a Companhia de Jesus:

A minha crítica incidiu no facto do texto apresentado não ter em conta a especificidade da Assistência Portuguesa da Companhia de Jesus⁸, e dar dela “uma leitura simplificadora e linear, não a contextualizando nem mostrando os limites da sua acção. No fundo não foi feito um estudo histórico”. Parece que o reparo não foi entendido, pois sobre isto Jorge Buescu nada acrescenta. As obras que indiquei de Ugo Baldini foram citadas não por qualquer preocupação de completação da bibliografia, mas sim porque a pesquisa e as análises nelas feita mostram a falta de informação e o extremo simplismo com que Jorge Buescu refere a acção da Companhia de Jesus em Portugal⁹. Não está em questão o que conhecia de referências na altura em que escreveu

⁷Mais uma vez é notório que se distorce para melhor contra-argumentar.

⁸Sempre referi o valor científico da obra da Companhia de Jesus, isso nunca foi por mim posto em causa. Tenho sido um dos editores desde 1995 das Actas dos congressos internacionais “Portugal and East Ásia” e, nem que fosse só por esse trabalho, é para mim óbvio o imenso valor da obra científica dos jesuítas.

⁹Jorge Buescu acha muito bem a indicação das obras de Baldini. Mas não reconhece a oposição radical entre o conteúdo das obras de Baldini e o que escreveu. Volta mais tarde a ter a mesma atitude em relação ao artigo de António Videira, que eu apresentei

o livro ou as que veio a conhecer no período posterior; o que está em causa é apenas o conteúdo do que escreveu no seu livro. E aí não há quase nada. Daí que neste seu artigo não se perceba a razão da inclusão da longa lista de investigadores e das suas áreas de estudo. Igualmente parece descabida a tentativa de ironia num assunto totalmente irrelevante, e que é o facto de eu não ter dado a referência completa de dois artigos de Ugo Baldini, não indicando os nomes dos editores das Actas onde estes se encontram¹⁰, para além de, mais uma vez, a sua falta de atenção o levar a não ver que numa das Actas não sou o único editor, mas sim co-editor com Henrique Leitão.

Sobre o Marquês de Pombal:

Todas as questões que contesto a Jorge Buescu estão fundamentadas; pode discordar-se do que eu digo, mas a fundamentação está indicada e foi uma das minhas grandes preocupações ao escrever o texto. Daí que não tenha qualquer sentido a afirmação do autor de que “não se encontra, uma vez mais, qualquer fundamentação substantiva para tal afirmação”. Discordo, de facto, em absoluto da apreciação totalmente negativa que faz à acção do Marquês de Pombal no que diz respeito ao desenvolvimento científico. Comecei por criticar o absurdo da afirmação “O pouco de ciência que se ensinava em Portugal morreu com a expulsão dos Jesuítas” (p. 17 do seu livro), pois aí Jorge Buescu não só não tem em conta a acção das outras ordens religiosas, sobre as quais é totalmente omissa¹¹, como não considerou os efeitos positivos da reforma da Universidade de 1772. É absolutamente verdade, como agora refere, que o número de alunos na Universidade baixou imenso; isso é um facto conhecido, mas também é verdade que se passou a ter “um plano de estudos moderno de que constavam algumas das matérias de ponta então ensinadas na Europa” (p. 192), e que “houve um núcleo de matemáticos que saiu destes primeiros anos da reforma e que passou a publicar regularmente sobre matemática e astronomia; passámos a ter, com alguma regularidade, nas memórias da Academia das Ciências, e mais tarde noutras revistas, publicações nestas áreas sobre temas contemporâneos [o

para evidenciar as enormes deficiências e a falta de pesquisa do seu texto. Também lhe faz muitos elogios, não reconhecendo que há um universo de diferença qualitativa entre ambos.

¹⁰ Ao contrário do que o autor refere, no meu texto nunca me pronunciei sobre qualquer pretenso rigor na escrita das referências, apenas me limitei a corrigir, sem mais comentários, pequenos (mas reveladores) erros feitos por Jorge Buescu, como o de chamar *Anais* às *Memórias* da Academia das Ciências (p. 192).

¹¹ Não o observei no meu texto, mas é igualmente omissa qualquer referência ao ensino técnico militar.

que não era o caso antes], algumas das quais de valor, conforme já foi chamada a atenção nalguns artigos publicados” (p. 192). Isto é incontroverso, basta ver a lista de obras publicadas por estes matemáticos e astrónomos. Jorge Buescu não devia considerar exclusivamente números e percentagens mas também a qualidade da ciência produzida.

É exactamente esta perspectiva que está expressa no artigo atrás mencionado onde Jorge Buescu foi colher unicamente os seus dados numéricos, de Fernando Taveira da Fonseca, e que Jorge Buescu afirma ser “o mais importante especialista da História da Universidade de Coimbra”. Neste texto, Taveira da Fonseca dá uma visão global da reforma de 1772, claramente uma perspectiva de historiador, e que está completamente omissa no que Jorge Buescu escreve no seu texto. Faço duas citações do texto de Taveira da Fonseca para se ver bem a extensão da apreciação feita, e se perceber o universo diferente em que se move a análise deste historiador:

“[...] the period we focus on witnessed two of the most important reforms in the history of this University [...] the first by king Dom João III, occurring as a consequence of the University’s definitive establishment in Coimbra (1537) [...] the other occurred in 1772, under the personal supervision of the Marquis of Pombal and inspired by the Enlightenment and rooted in a severe criticism of the previous scientific contents and pedagogical methods. This abolished the old regulations (Estatutos Velhos) profoundly changed the curricula (with the creation of the faculties of Mathematics and Natural Philosophy and an overall transformation of the others, especially Medicine), adapted or created an important set of facilities demanded by the experimental orientation of the new learning[...].” Artigo citado, pp. 3–4.

“It was, in fact, the structural change taking place in 1772 [...] that led to the drastic fall in Coimbra’s matriculation figures [...] more important, however, [...] were the much more demanding university entrance requirements (and the stricter methods of assessment) enforced by the new Statutes. They were inspired by the criticism of the Compêndio Histórico and the personal views of the Marquis of Pombal, who explicitly declared that the great number of students who matriculated before had led to a lack of quality in learning, depriving the country of men necessary for other professions and (because the graduates couldn’t find jobs suitable to their qualifications) acting as a source of social disturbance.

This so called “enlightened Malthusianism” must be understood, however, in the context of both a thorough scientific renewal (with geometry and

natural history becoming the basis for an up to date forma mentis, imposed on all faculties, even Law and Theology, and experimentalism being the core of scholarly work in the natural faculties – Medicine, Mathematics and Philosophy) and a new concept for the professor's mission, involving research [...] as well as the incorporation into teaching of one's own or someone else's scientific findings. In the mind of the reformers, quantity should give way to quality, and university education had to be restricted to a select intellectual and moral minority". Artigo citado, pp. 6-7.

Não há qualquer semelhança entre esta análise de historiador, fundamentada e relacionando e explicitando as várias vertentes envolvidas na questão, e a “catástrofe sem paralelo na História da Universidade no nosso país” de Jorge Buescu, no seu artigo baseada exclusivamente na comparação formal de tabelas numéricas e na consideração de percentagens, e onde está ausente qualquer análise histórica. Não se percebe o que motivou Jorge Buescu para escolher este texto para citar, visto que a perspectiva nele expressa não tem qualquer relação com a sua visão “catastrófica”: a interpretação histórica está muito longe de se poder reduzir a estatísticas e a números.

O que eu noto no sumário juízo de Jorge Buescu é uma falta de apreciação global dos prós e dos contras, uma falta de consideração de conjunto do que se fez numa época, no fundo, uma falta de análise histórica, levando a afirmações extremas e indefensáveis.

Sobre António Aniceto Monteiro:

“[António Aniceto Monteiro] só poderia responder com um “Desculpe, mas não respondo” caso fosse solicitar a comentar o que a seu respeito escreveu Jorge Buescu, usando a fórmula parcimoniosa que reservava às ligeirezas” Paulo Almeida, artigo citado, p. 39.

Eu referi, no meu texto, que esta era a parte que me parecia mais fraca em todo o artigo de Jorge Buescu por uma razão específica: é a única vez que ele utiliza pesquisa sua, com fontes primárias, e, ao utilizá-la, mostra que de facto não está sintonizado com a investigação histórica, apesar das afirmações formais que faz sobre a rejeição de interpretações lineares e simplistas. Ele devolveu-me a amabilidade e, qual espelho, diz que a minha parte sobre António Monteiro é a parte mais fraca da argumentação.

Vou só centrar-me na questão da saída para o Brasil de António Monteiro. Jorge Buescu atribui essa saída exclusivamente aos “elementos mais reaccionários do meio académico” (p. 84 do seu livro). Do meu ponto de

vista, Jorge Buescu “nunca tem em conta a especificidade do período particular da história portuguesa em que se insere a acção de António Monteiro, e com base em duas informações que por si só não permitem respostas conclusivas, e sem mais pesquisa nenhuma, formula uma teoria que me parece de todo errada” (p. 193). Há um ponto positivo no que Jorge Buescu afirma, e eu refiro isso no meu texto: é chamar a atenção para as ligações entre a ditadura e os quadros superiores da Universidade, tema que, de facto, não está estudado, e que merece aprofundamento. Mas, infelizmente, Jorge Buescu não foi investigar essas conexões, nem antes nem, aparentemente, depois da publicação do meu texto. Como disse no meu artigo: “Jorge Buescu não faz qualquer pesquisa para fundamentar as suas afirmações. Quem eram esses colegas que faziam obstrução a Monteiro? Como agiam? Não há qualquer investigação sobre este assunto, portanto o autor nada pode dizer; contudo, essa hipótese é dada como certa, e é isto que me parece profundamente errado” (p. 197). Foi precisamente por isso que citei o trabalho de António Passos Videira, que fez um estudo deste tipo relativo à passagem de Monteiro pelo Brasil. Ao contrário do que Jorge Buescu afirma, nunca no meu texto qualifico o trabalho de Videira como exemplar. Digo, sim, que o seu texto, ao contrário do de Jorge Buescu, é “um estudo detalhado e cuidadoso de um pesquisador, que nos deixa esclarecidos sobre o tema em questão e nos mostra, também, a ligação entre o mundo académico e a política”¹² (p. 197)

Estamos de acordo quanto à existência de uma oposição institucional universitária a Monteiro. Mas eu afirmo que não foi essa oposição que o levou a deixar Portugal. E, para além de dar argumentos a favor desta tese, tentei mostrar que, mesmo na evidência muito insuficiente que Jorge Buescu apresentou, se poderiam tirar indicações que referenciavam a oposição de outros quadrantes, que não o universitário. Jorge Buescu cita uma passagem dum texto de Monteiro, onde é óbvia a referência aos meios académicos, e aproveita para comentar que “é simplesmente absurdo imaginar [...] que [...] Monteiro [...] se esteja a referir à PIDE ou ao aparelho repressivo do Estado”. Isso é claro nessa passagem e eu também o digo no meu texto: “É óbvio que o texto se refere a eles” (p. 196). Parece-me pouco sério tentar fazer passar

¹²Apesar da leitura do texto de Videira Lopes evidenciar por contraste as grandes deficiências do texto de Jorge Buescu, este não se coíbe de afirmar “a visão moderna de Videira, documentalmente suportada e baseada em investigação histórica rigorosa”, para além de tentar utilizar o texto de Videira para justificar leituras que dele não se podem deduzir e provar a justeza das suas análises. Já anteriormente em relação a Ugo Baldini houve um procedimento semelhante. Será possível que não compreenda que estes artigos põem a descoberto as deficiências do seu texto?

a ideia de que eu poderia alguma vez ter outra interpretação¹³. O que eu faço é mostrar que, noutra parte do mesmo texto, se pode ler mais do que a menção da oposição universitária que faziam a Monteiro. Jorge Buescu acha que não, que “O texto de Monteiro é sobre Matemática e matemáticos, não sobre política e políticos”. Mais uma vez não informa o leitor correctamente da minha opinião¹⁴, que é bem explícita no meu artigo: eu afirmo que este texto de Monteiro é um texto sobre Matemática e matemáticos, onde se pode ler igualmente uma mensagem com outros destinatários. É por isso que digo, completando a citação do meu artigo feita atrás: “É óbvio que o texto se refere a eles, mas não só” (p. 196). É irrelevante, aqui, adiantar mais; não vale a pena. Por um lado, parece-me evidente que Jorge Buescu nem considera o texto dado como um todo orgânico, nem entende o que são estratégias discursivas; e o que ele faz é uma análise parcelar de citações escolhidas e, a partir daí, elabora a conclusão que já tinha *a priori*. A isto chama-se falta de rigor, para não usar outro qualificativo. Por outro lado, é claro que, para ele, um texto é como Matemática: ou é ou não é. Se nele não há menção de política ou políticos, nada tem a ver com política ou políticos. Sem qualquer desconsideração para o autor, isto mostra uma extrema insensibilidade à leitura dos textos que tenham a ver com as ciências sociais. Sem essa sensibilidade, parece-me impossível fazer qualquer análise histórica sólida, e o que o autor aqui diz é bem revelador das suas limitações. Se elas não aparecem tão claramente nos outros pontos, é porque aí ele não teve de intervir a analisar textos. Como digo no meu artigo ‘Não pode haver leituras simplistas e literais, que não tenham em consideração o período histórico que se vivia’ (p. 196).

Há ainda um ponto, já atrás mencionado brevemente, comentado por Jorge Buescu, e que tenho de analisar em mais detalhe, pela distorção que ele faz do meu texto.

O artigo de Monteiro que Jorge Buescu transcreve em grande parte, e que afirma ser só sobre Matemática e matemáticos, intitula-se “Estudo e objectivo desta Secção”, e foi publicado na *Gazeta de Matemática*, número 10, de Abril de 1942, pp. 25–26. Trata-se da apresentação da rubrica *Movimento Matemático*, que se pretendia vir a ter carácter periódico na *Gazeta*. Já o tinha incluído (um pouco mais completo, mas mesmo assim não todo) no seu livro. Em qualquer dos dois omitiu uma parte do texto, a qual, curiosamente, como atrás mencionei, contraria uma das suas interpretações. Por isso mesmo essa parte foi citada no meu artigo (pp. 196–197) para consubs-

¹³Mais uma vez: deturpar para melhor contra-argumentar.

¹⁴*Idem*

tanciar uma opinião contrária à formulada pelo autor¹⁵. O que me parece óbvio é que há muito pouco material encontrado por Jorge Buescu para se tirarem conclusões definitivas a partir do que ele enuncia. O texto citado por ele pode ter mais do que uma leitura. Nada há de manipulador em cada um dar a sua interpretação. Para mais, com o texto original à disposição do leitor e incluído no mesmo artigo. Manipulador, sim, é cortar num texto, e sem o leitor saber, aquilo que vai contra uma interpretação que se quer dar. O que eu tentei fazer foi uma leitura à luz da situação que se vivia então, algo que Jorge Buescu nunca faz. Os textos não são lidos sempre do mesmo modo: parece uma evidência (pelos vistos, não para Jorge Buescu) que, consoante as situações históricas, poderá haver variantes de leituras e interpretações do mesmo texto, desde que este não seja absolutamente taxativo e deixe alguma margem de interpretação. O que Jorge Buescu extrai do meu texto é uma completa adulteração do que eu disse. Repito o que então escrevi. Aí não só utilizei os vocábulos que estão no texto de Monteiro (que refere “Há que contar [...] com um recrudescimento da hostilidade [...] daqueles que tremem perante a existência de uma juventude estudiosa [...] porque o esforço e a diligência no estudo revelam de uma maneira evidente os erros do passado e as deficiências do presente [...] ”), como tive em conta o modo da sua acção educativa para explicitar a minha leitura. No fundo, apresentei uma interpretação que se me afigurava a mais plausível, tendo em conta as circunstâncias e o contexto histórico. Escrevi: “Não há dúvida que os garantes do regime deveriam tremer perante a hipótese colocada por Monteiro: poderia ser o princípio do fim da ditadura (porque deixava de se poder reproduzir) se essa juventude fizesse o que aí está escrito” (p. 196), ou seja, que passasse a pensar pela sua própria cabeça, entendesse criticamente o passado e o presente. O início do fim da ditadura seria marcado pelo aparecimento de um juventude formada criticamente, era algo feito interiormente, mudando o pensar das pessoas. O que eu disse nada tem a ver com a fantasiosa interpretação dada por Jorge Buescu ao meu texto, certamente inspirada por episódios políticos da história universal, mas aqui totalmente descabida: “a evocação por Monteiro de *“uma juventude estudiosa consa-*

¹⁵Curiosamente sente a necessidade de dizer que eu só reproduzi uma pequena parte do texto no meu artigo (escreve: “só muito limitadamente”). Isso é de facto verdade. Mas, claro, deveu-se apenas ao facto de o resto do texto estar transcrito no livro que estava a analisar. Não sei o que pretendia com esta informação descontextualizada, que é irrelevante para o que escreve a seguir. Será que queria sugerir que eu não estava a citar uma parte do texto que supostamente contrariava as minhas opiniões, ou seja, exactamente o que ele fez, ao cortar nele uma secção que inviabilizava uma das teses expressas no seu livro?

grando inteiramente a sua vida e o seu entusiasmo a uma causa pela qual eles nunca lutaram” (itálico de Jorge Buescu) é um apelo velado “contra os garantidos do regime”, os “guardiões da ordem” ou um apelo ao “princípio do fim da ditadura”. Onde é que há, sequer, a sugestão de *apelos* no meu texto? Aqui, sim, se vê a intromissão de uma leitura que de certeza não é textual, motivada por factores específicos que nada têm a ver com o texto que se está a analisar e que só o próprio autor poderá saber quais são.

Creio que Jorge Buescu não compreendeu o que eu quis dizer, de tal modo que, na sua citação do meu texto, omitiu (creio que não intencionalmente) um elemento fundamental no que eu disse, que é o que se encontra entre parêntesis: *porque deixava de se poder reproduzir*. Esta é uma peça fundamental do ideário de António Monteiro, que esteve igualmente na génese da criação dos Clubes de Matemática, um modo de poder formar a juventude, rodeando o obstáculo que era o imobilismo da Universidade: despertar na juventude o interesse pela Matemática de uma forma interventiva e criativa, libertando a capacidade de pesquisa e o sentido crítico dos jovens. Formar jovens de modo a que estes pensem pela sua própria cabeça. Portanto, nada há aqui de “truncar, manipular e revestir de retórica adequada até que o mesmo se ajuste àquelas [convicções ideológicas]”. Onde está a “efabulação acrítica e ideologicamente motivada” e a “profissão de fé”? Não tem sentido. E não é nada comparável à truncagem e implícita manipulação feita anteriormente por Jorge Buescu a qual considero apenas resultante da falta de rigor de quem quer provar forçosamente um argumento, mesmo não tendo para isso os elementos suficientes.

Com o que escrevi acho que se mostra a evidência clara da ausência de fundamentação do que o autor afirma sobre mim no início da parte sobre Monteiro: “a argumentação se torna irremediavelmente dominada pelas próprias convicções, abandonando de vez qualquer pretensão de rigor e de objectividade históricos”¹⁶.

É uma tática conhecida, que o autor aplica aqui: criticado por falta de rigor, tenta forçar esse qualificativo no seu interlocutor. Estas minhas notas, e principalmente o meu artigo, respondem cabalmente a esta e a outras afirmações do autor.

O que procurei mostrar sobre o livro e o novo texto de Jorge Buescu só reforça o que digo no meu artigo e que considero central em toda esta questão do rigor na investigação em história da matemática:

¹⁶E nem vale a pena comentar a falta de elegância do modo como escreve, fica para o leitor o fazer.

“diz Jorge Buescu que não pode fazer boa matemática quem não teve condições de a aprender, com excelência ao longo da sua vida [...] Tem de se dizer a mesma coisa a quem faz história da matemática. [...] É preciso desenvolvermos essa prática [...] Não se pede que se seja um historiador da Matemática, mas é necessário [...] ter-se consciência da especificidade do trabalho em história da Matemática, substancialmente diferente daquilo que é feito em Matemática” (p. 187)

Decididamente, Jorge Buescu não está motivado, nem para esta prática, nem para esta área.

Para concluir, repito parte do que expressei no final do meu artigo, e que me parece ser aqui especialmente pertinente, face às análises de Jorge Buescu (p. 199):

“Os objectos da Matemática e da História da Matemática têm muito em comum, mas os métodos de análise de uma não se podem aplicar, literalmente, à outra. Mesmo as suas lógicas são diferentes. Um não em Matemática é muito diferente de um não em História. Não se podem ler textos de História como se fossem de Matemática. Sem uma perspectiva e uma sensibilidade particular à História da Matemática (sensibilidade que só pode ser moldada pela prática) não se consegue trabalhar, produtivamente, nesta área.”

3 Últimas considerações

Já vai longo este texto, e só queria terminá-lo lembrando a acção desde há quase 30 anos de todo um grupo de interessados em História das Ciências, entre os quais pessoas que trabalham em História da Matemática, grupo que se foi ampliando com o decorrer dos anos, que conseguiu modificar uma situação de quase inexistência organizada de investigação em História das Ciências - em que esta actividade era apenas tolerada, com restrições nos vários departamentos de Ciências - para a situação actual, em que há de facto não só centros de investigação em História das Ciências, como, dentro dos próprios departamentos das disciplinas das chamadas Ciências Exactas, há uma maior sensibilidade e compreensão da importância dessa pesquisa. Hoje temos uma multiplicidade de centros e investigadores nas Universidades de Lisboa, Coimbra, Évora, Aveiro, Porto, Minho, Açores, Universidade Nova de Lisboa, Escola Naval, etc..

Não é, de modo algum, apenas relevante o grupo de muito valiosos investigadores que Jorge Buescu refere no seu livro e que continua a referir

depois no seu artigo, certamente por desconhecimento não só do que os outros grupos de investigação fazem, mas também porque parece não conhecer a história do desenvolvimento da pesquisa em história das ciências no nosso país, nestas últimas décadas. Por isso afirma que a escrita de uma nova história da matemática em Portugal será feita por uma geração de historiadores posteriores a mim. Isto é, de facto, a confissão de um enorme desconhecimento do que se faz em Portugal¹⁷. Podia dizer mais a este respeito, mas cai fora do objectivo deste texto. O que importa perceber e não escamotear é que desde há muito tempo que se desenvolve uma actividade de fundo de reavaliação da nossa história científica, ao mesmo tempo que se tenta ir mais além em aspectos ainda não investigados dessa mesma história. Tem havido várias orientações de mestrados e doutoramentos nos vários centros e universidades do país, doutoramentos de investigadores portugueses defendidos em Portugal e no estrangeiro, sinal de que se está a progredir neste campo. Já temos um número muito razoável de investigadores que publicam com alguma regularidade em revistas estrangeiras, que participam regularmente nalguns dos mais importantes encontros internacionais de história das ciências. Partiu-se de muito pouco e por isso o desenvolvimento não pôde ser rápido. Mas é indubitável que tem sido seguro. A SPM tem-se afirmado como uma instituição importante, apoiando sem restrições a actividade do SNHM desde o momento em que este se tornou uma secção da Sociedade, já lá vão cerca de 20 anos. A contribuição de pessoas que se interessem por história das ciências é sempre bem vinda e eu posso dar o meu testemunho e o dos meus colegas relativamente ao que temos feito nos Encontros do Seminário Nacional de História da Matemática, no âmbito do qual temos convidado um vasto leque de conferencistas, entre os quais muitos não especialistas, como foi o caso não há muitos anos atrás de Jorge Buescu, e a quem ouvimos com todo o prazer. A participação desses não especialistas traz sempre visões interessantes e achegas que são muitas vezes úteis para o desenvolvimento de uma futura investigação. Mas que não haja ilusões: o progresso na pesquisa em história das Ciências em Portugal é decidido, na sua parte essencial, pela investigação dos que a ela e a domínios afins se dedicam, pelos que nela trabalham de forma séria e contínua. Para esses, certamente que os resultados não se vêem em dias, semanas, e mesmo, muitas vezes, em meses e anos. É, de facto, por esses investigadores e com a sua prática de investigação, que está a fazer-se o futuro da História das Ciências, e, em particular, da História da Matemática em Portugal.

¹⁷E o autor mostra, inequivocamente, que nem ao que se tem feito em História da Matemática no âmbito da SPM e do seu *Boletim* tem dado atenção.

